

FRTB: Chegou a hora de subir a régua da gestão de risco

Por Jessica Rossinati | 20.08.2025, 08:32

De tempos em tempos, o Comitê de Basileia para Supervisão Bancária (BCBS) define objetivos que visam auxiliar na mitigação de crises financeiras, como a que ocorreu em 2008, impactando e mudando a rotina das instituições financeiras. O mais novo capítulo já começou a ser escrito e poderá afetar diretamente no capital regulatório dos bancos de diferentes portes. Trata-se da terceira fase do FRTB (*Fundamental Review of the Trading Book* ou Revisão Fundamental da Carteira de Negociação), a respeito da abordagem padronizada para o cálculo do requerimento de capital por risco de mercado.

Com a Resolução BCB nº 470, o cálculo de risco ficará ainda mais completo e deverá considerar o RWA Sens, ou seja, irá acrescentar a sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos ao risco de mercado. Mas o que essa mudança significa na prática? Para respondermos a esta questão, vamos relembrar alguns pontos importantes no que se refere ao Acordo de Basileia III.

O FRTB faz parte do conjunto de medidas introduzidas no âmbito do Basileia III e foi criado exatamente para deixar o mercado mais preparado para enfrentar crises financeiras. O novo modelo traz resumidamente três principais mudanças: regras mais claras para definir se um ativo deve ficar na carteira de negociação (com foco em compra e venda) ou na carteira bancária (voltada ao longo prazo); maior sensibilidade ao risco, ou seja, os cálculos agora conseguem captar melhor as variações do mercado e como elas afetam os ativos; melhorias nos critérios e processos usados para aprovar os modelos internos que os bancos utilizam para calcular quanto capital precisam manter para cobrir os riscos de mercado.

Na prática, há a substituição dos cálculos atuais de diferentes taxas e índices pela metodologia associada ao RWA Sens. Essa mudança envolve os cálculos das taxas de juros prefixadas, taxa de cupom de moeda estrangeira, taxa de índice de preços de ações, de mercadorias (commodities) e exposições em ouro, em moeda estrangeira e variação cambial. Considerando que o índice de Basileia (IB) é o resultado da divisão de todo o capital que uma instituição possui pelo seu risco, esta alteração terá um efeito direto no IB de todas as instituições dos segmentos S1, S2 e S3.

Para cada nível de risco, há a necessidade de um volume de capital. Assim, é possível que a aplicação do modelo com RWA Sens demande mais capital para manutenção do nível de proteção exigido pelo BCB, mas também não se descarta a chance de que haja redução de capital demandado. O que já é certo é que as instituições precisarão se adaptar, além de se preparar para reportar diariamente ao BC o novo padrão de risco.

Instituições financeiras robustas que já possuem análises mais completas e consistentes de risco possivelmente poderão fazer simulações prévias ao início da entrega dos novos dados ao Banco Central. Já instituições que fazem apenas as análises exigidas pelo BC terão mais trabalho para se adequar à nova realidade. Essa adequação envolverá, não apenas a identificação das informações adicionais solicitadas, como investimentos em tecnologia ou até contratação de profissionais técnicos e especialistas de risco para auxiliar as equipes internas. Todo este novo cenário, principalmente para instituições menores, cooperativas e fintechs, representa um grande desafio pela frente. Estamos sim subindo a régua da análise de risco e as instituições precisarão acompanhar este movimento.

A boa notícia é que ainda há tempo. A data para início dos novos relatórios para o Banco Central, que seria originalmente janeiro de 2026, passou para janeiro de 2027. É hora de olhar para dentro, fazer uma análise completa da composição da carteira e do capital regulatório. As diretrizes completas de como será definido o divisor do cálculo do índice de Basileia ainda não foram divulgadas, mas os insumos que serão utilizados já estão à mesa.

Neste meio tempo, é preciso avaliar se todos os dados que precisam ser considerados estão acessíveis ou se será necessário um trabalho de mineração de informações. Com o RWA Sens, entram em cena as letras gregas Delta, Vega e Gamma e é importante que todos os ativos da carteira estejam corretamente classificados em cada fator de risco. Com os inputs preparados (ativos devidamente classificados e conhecendo a matemática proposta pelo texto), o segundo ponto é fazer uma simulação de cenário para prever qualquer impacto no capital. O aumento de capital é um processo longo e, se for confirmada esta necessidade, é melhor começar o quanto antes. Por fim, a última etapa é buscar a adequação e se preparar para o reporte diário.

Já passamos pelas duas primeiras fases do acordo de Basileia, com a classificação de carteira bancária e carteira de negociação, e a definição do DRC (Default Risk Capital). Chegamos na fase III. Hora de focar no FRTB e pensar no RWA Sens. E assim continuamos a nossa caminhada rumo a um mercado mais seguro e transparente.

Fonte: [Investing.com](https://www.investing.com)